

Responsabilidades Gestoras no Último Ano de Mandato

Responsabilidades Orçamentárias e Fiscais

Despesas por Blocos de Financiamento

O que são e Quais são as Despesas por Blocos de Financiamento

A Lei Complementar nº 141/12 assegurou o financiamento das ações e serviços públicos de saúde, estabelecendo que todos os entes da federação apliquem anualmente montante dos recursos mínimos provenientes da aplicação de percentuais sobre algumas das receitas e determinando assim as suas bases de cálculo sobre cada uma delas.

A Portaria GM/MS nº 204, de 29 de janeiro de 2007, (já com as alterações promovidas pela Portaria GM/MS nº 837 de 23.04.2009) vem regulamentar o financiamento e a transferência dos recursos federais para as ações e serviços públicos de saúde, com o respectivo monitoramento e controle.

Os recursos federais destinados às ações e serviços públicos de saúde passaram a ser organizados e transferidos na forma de Blocos de Financiamento e movimentados pelo Fundo Municipal de Saúde. São seis os Blocos de Financiamento, sendo os primeiros cinco listados, para manutenção da atividade fim do Bloco e o sexto, Bloco de Investimentos, exclusivamente para realização de despesas de capital.

- 1 - Bloco da Atenção Básica;
- 2 - Bloco da Atenção de Média e Alta Complexidade Ambulatorial e Hospitalar;
- 3 - Bloco da Vigilância em Saúde;
- 4 - Bloco da Assistência Farmacêutica;
- 5 - Bloco de Gestão do SUS; e
- 6 - Bloco de Investimentos na Rede de Serviços de Saúde.

Referências Bibliográficas:

BRASIL. Decreto no 7.507. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2011/Decreto/D7507.htm. Acesso em: 15 jun. 2016.

BRASIL. Lei Complementar no 141. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/LCP/Lcp141.htm. Acesso em: 15 jun. 2016.

BRASIL. GOVERNO DE MINAS GERAIS. CONSELHO DE SECRETARIAS MUNICIPAIS DE SAÚDE DE MINAS GERAIS. **Manual: Apoio à alimentação do SIOPS**. Belo Horizonte: Conselho de Secretarias Municipais de Saúde de Minas Gerais, 2014.

BRASIL. MINISTÉRIO DA FAZENDA. SECRETARIA DO TESOIRO FEDERAL. **Manual de Demonstrativos Fiscais: aplicado à União e aos Estados, Distrito Federal e Municípios**. 6a. Brasília: Ministério da Fazenda. Secretaria do Tesouro Federal, 2014. Disponível em: http://www.tesouro.fazenda.gov.br/documents/10180/471139/CPU_MDF_6_edicao_versao_24_04_2015.pdf/d066d42d-14c0-454b-9ab8-6386c9f7b0f8. Acesso em: 15 jun. 2016.

BRASIL. MINISTÉRIO DA SAÚDE. Portaria no 204. Disponível em: http://bvsmms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2007/prt0204_29_01_2007_comp.html. Acesso em: 15 jun. 2016.

BRASIL. MINISTÉRIO DA SAÚDE. Portaria no 768. Disponível em: http://bvsmms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2011/prt0768_13_04_2011.html. Acesso em: 15 jun. 2016.

BRASIL. MINISTÉRIO DA SAÚDE. Portaria no 837. Disponível em: http://bvsmms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2009/prt0837_23_04_2009.html. Acesso em: 15 jun. 2016.

BRASIL. MINISTÉRIO DA SAÚDE. Portaria no 841. Disponível em: http://bvsmms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2012/prt0841_02_05_2012.html. Acesso em: 15 jun. 2016.

Definição de Blocos. Fundo Nacional de Saúde - Ministério da Saúde - Governo Federal. Disponível em: <http://www.fns.saude.gov.br/visao/carregarMenu.jsf?sessionId=08CABBF19DCD4032D897D7D8DC9DE776.server-portalfns-srvjpdf34?coMenu=17>. Acesso em: 15 jun. 2016.